BANCO BRASILEIRO DE CRÉDITO S.A.

(atual denominação da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, conforme AGE de 19/08/2021, em processo de registro e aprovada pelo Banco Central do Brasil)

CNPJ/MF nº 01.852.137/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. E em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo: CS Brasil, Movida, Original Concessionárias, Transrio e Vamos Seminovos.

Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A

Em 31 de dezembro de 2021, os Ativos totais da Companhia somaram R$ 298,1 milhões, crescimento de 14,5% em relação a 31 de dezembro de 2020, os destaques foram para o valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil, que atingiu R$ 239,1 milhões, um crescimento de 30,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, R$ 4,0 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R$ 22,9 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e demais ativos totalizaram 32,1 milhões.

A captação de recursos destinados à operação de arrendamento mercantil totalizava R$ 175,2 milhões, através de Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), ante R$ 143,8 milhões, em 31 de dezembro de 2020, com crescimento de 21,8%.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$ 65,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, contempla um aumento de R$ 20 milhões em seu Capital Social em 2021.

O Lucro Líquido contábil alcançado no exercício foi de R$ 4,5 milhões, sendo destinado para pagamento de dividendos aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social, o montante de R$ 43 mil. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado.

De acordo com a Resolução nº 3198 do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela Price WaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 31 de março de 2022.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/21	31/12/20
Disponibilidades	4	4.521	20.331
Instrumentos Financeiros	5a	22.856	32.710
Títulos e Valores Mobiliários		22.856	32.710
Operações de Arrendamento Mercantil	6a	239.066	183.352
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6e	(10.469)	(11.741)
- Operações de Arrendamento Mercantil		(10.469)	(11.741)
Créditos Tributários	20b	34.658	28.044
Imobilizado de uso	7	151	151
Depreciações Acumuladas	7	(109)	(101)
Intangível	8	956	399
Amortizações Acumuladas	8	(299)	(242)
Outros Ativos	9	6.716	7.446
TOTAL DO ATIVO		298.047	260.349

PASSIVO	Nota	31/12/21	31/12/20
Depositos e Demais Instrumentos Financeiros		181.822	158.548
- Outros Depósitos	10a	6.604	14.781
- Letras de Arrendamento Mercantil	10b e c	175.218	143.767
Obrigações Fiscais Diferidas	20b	37.678	29.859
Outros Passivos	12	13.457	31.300
Patrimônio Líquido		65.090	40.642
Capital Social	13a	50.000	30.000
Reservas de Lucros	13b	15.090	10.642
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		298.047	260.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2021	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021	2020
Receitas da intermediação financeira		111.269	204.287	159.634
Operações de arrendamento mercantil	6h	110.304	202.978	158.322
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	965	1.309	1.312
Despesas da intermediação financeira		(91.253)	(167.566)	(130.415)
Operações de captação no mercado	10c	(6.074)	(10.626)	(10.884)
Operações de arrendamento mercantil	6h	(85.179)	(156.940)	(119.531)
Resultado da intermediação financeira		20.016	36.721	29.219
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.617)	(6.663)	(8.994)
Operações de arrendamento mercantil	6e	(2.617)	(6.663)	(8.994)
Outras receitas (despesas) operacionais		(11.837)	(21.383)	(14.622)
Receitas de prestação de serviços	14	260	2.068	10.350
Despesas de pessoal	15	(2.445)	(4.258)	(3.913)
Outras despesas administrativas	16	(7.696)	(15.151)	(16.734)
Despesas tributárias	17	(2.333)	(4.406)	(4.079)
Outras receitas operacionais	18	1.069	1.488	805
Outras despesas operacionais	19	(692)	(1.124)	(1.051)
Resultado operacional		5.562	8.675	5.603
Outras receitas e despesas		(101)	(85)	1.610
Resultado antes dos tributos e participações		5.461	8.590	7.213
Tributos e participações sobre o lucro		(2.372)	(4.099)	(3.032)
Imposto de renda e contribuição social	20a	(2.253)	(3.544)	(2.825)
Participação sobre o lucro	15	(119)	(555)	(207)
Lucro líquido		3.089	4.491	4.181
Lucro líquido por ação em circulação - em R$		0,06	0,09	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	2º Semestre 2021	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021	2020
Lucro líquido do período	3.089	4.491	4.181
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-
Resultado abrangente do período	3.089	4.491	4.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais - R$)

	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Lucros acumulados	Totais
Saldos em 30 de junho de 2021	30.000	608	11.423	-	42.031
Lucro líquido	-	-	-	3.089	3.089
Aumento de capital	20.000	-	-	-	20.000
Destinação					
Reservas	-	154	2.905	(3.059)	-
Dividendos	-	-	-	(30)	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	762	14.328	-	65.090
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	538	10.104	-	40.642
Lucro líquido	-	-	-	4.491	4.491
Aumento de capital	20.000	-	-	-	20.000
Destinação					
Reservas	-	224	4.224	(4.448)	-
Dividendos	-	-	-	(43)	(43)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	762	14.328	-	65.090
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.000	328	6.172	-	26.500
Lucro líquido	-	-	-	4.181	4.181
Aumento de capital social	10.000	-	-	-	10.000
Destinação					
Reservas	-	210	3.932	(4.142)	-
Dividendos	-	-	-	(39)	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	538	10.104	-	40.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2º Semestre 2021	Exercícios findos em 31 de Dezembro 2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro		5.461	8.590	7.213
Ajustes ao Resultado		61.062	115.516	92.153
Depreciações amortização de bens arrendados		85.126	156.806	119.531
Amortizações		27	64	77
Superveniência de depreciação	6h	(32.777)	(58.621)	(47.189)
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		(4)	(21)	(27)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		2.617	6.663	8.994
Despesas de operações de captação no mercado	10c	6.074	10.625	10.884
Provisão (Reversão) para perdas BNDU		-	-	(117)
Variações de Ativos e Obrigações		(106.613)	(180.184)	(116.938)
Variação em títulos e valores mobiliários		(13.739)	9.875	(9.305)
Variação em operações de arrendamento mercantil		(95.402)	(189.458)	(134.810)
Variação de outras obrigações		6.342	14.779	36.047
Variação em depósitos		(956)	(8.177)	(1.178)
Variação em outros créditos		(2.608)	(6.716)	(9.886)
Variação em outros valores e bens		(250)	(488)	45
Contribuição Social pagas		-	-	2.149
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais		(40.090)	(56.079)	(17.572)
Aquisição imobilizado de uso e intangível		(558)	(558)	(65)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(558)	(558)	(65)
Aumento de Capital Social		20.000	20.000	10.000
Captação por meio de recursos de emissão de títulos		152.901	214.324	80.054
Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos		(145.963)	(193.497)	(72.639)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		26.938	40.827	17.415
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(13.710)	(15.810)	(222)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		18.231	20.331	20.553
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	4.521	4.521	20.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação social da BBC LEASING S.A. - Arrendamento Mercantil) "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A. As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") quando aplicável, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões. Em complemento com as alterações da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, que tem como objetivo principal trazer similaridade com as diretrizes das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS), nas demonstrações financeiras: as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período que estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior; as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades - Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país e no exterior, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Apuração do resultado -** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. No tocante as receitas de prestação de serviços de emissão de moeda eletrônica, na modalidade de cartões pré-pagos, as receitas são apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação dos serviços contratados. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Instrumentos Financeiros - Títulos e Valores Mobiliários -** Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias: • **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e • **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificado nesta categoria. **e) Operações de Arrendamento Mercantil -** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6a). Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6a); De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6a). Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos. No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de arrendamento mercantil -** A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, poderão ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. **g) Imobilizado de uso e de arrendamento - i) Imobilizado de uso -** Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. **ii) Imobilizado de arrendamento -** É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6a, 6g). **iii) Perdas em arrendamento -** Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6a). **h) Intangível -** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **i) Outros Ativos -** Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício. Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência. Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros. Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário. A composição dos outros ativos (nota 9). **j) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Conforme Medida provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021 que elevou a alíquota-base da contribuição social de 15% a partir de julho de 2021 para 20% até 31 de dezembro de 2021. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros *(impairment)*:** A Companhia avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN n° 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível

continua

mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*. **l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros - i) Outros depósitos -** São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos. **ii) Letras de Arrendamento Mercantil -** Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata"* dia. **m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes: **i - Ativos e Passivos Contingentes -** Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias -** Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **n) Outros Ativos e Passivos -** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "*pro rata*" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "*pro rata*" dia. **o) Resultado por ação -** O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras. **p) Uso de estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **q) Eventos subsequentes -** Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **r) Resultado recorrente e não recorrente -** Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.

4. DISPONIBILIDADES

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moeda nacional	**521**	**1.780**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**4.000**	**18.551**
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (a) (b)	4.000	18.551
Total de caixa e equivalentes de caixa	**4.521**	**20.331**

(a) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI; e (b) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam igual, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria	**15.500**	**12.365**
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	15.500	12.365
Vinculados a prestação de garantias (b)	**7.356**	**20.345**
Letras financeiras do tesouro – LFT (c)	7.356	20.345
Total	**22.856**	**32.710**

(a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2022, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (b) Conforme Resolução BCB nº 80/2021, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos e valores recebidos pela instituição para crédito de cartões pré-pagos (vide nota 10a), todavia a Companhia, em 31 de dezembro de 2021, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e (c) Vencimento do papel para 1º. de março de 2022, remunerada a uma taxa de 100% da Selic;

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Valor de custo	22.858	32.733
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(2)	(23)
Valor Contábil	**22.856**	**32.710**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	243	411	664
Rendas de títulos de renda fixa	722	898	648
Total	**965**	**1.309**	**1.312**

(1) Vide nota 4.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

a) Composição da carteira de arrendamento mercantil

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos a receber – setor privado	318.039	235.234
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(313.986)	(231.934)
Imobilizado de arrendamento (nota 6g)	516.336	407.483
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(97.428)	(78.123)
- Depreciações acumuladas (nota 6g)	(248.140)	(197.561)
- Superveniência de depreciação (nota 6g)	150.712	119.438
(-) Valor residual garantido antecipado	(185.169)	(149.610)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6g)	1.274	302
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	**239.066**	**183.352**

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular BACEN nº 1429/1989.

b) Composição da carteira por nível de risco

Saldo da carteira - R$ mil

			Curso anormal			
Nível de Risco	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total do curso anormal**	**Curso Normal**	**Total**	**%**
AA	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	139.302	139,302	58,3
B	343	3.253	3.596	41.016	44.612	18,7
C	1.064	9,406	10.470	20.284	30.754	12,9
Subtotal	**1.407**	**12.659**	**14.066**	**200.602**	**214.668**	**89,9**
D	1.172	10.667	11.839	1.741	13.580	5,7
E	336	1.965	2.301	624	2.925	1,1
F	427	2.008	2.435	330	2.765	1,1
G	243	815	1.058	81	1.139	0,5
H	1.321	2.613	3.934	54	3.988	1,7
Subtotal	**3.499**	**18.068**	**21.567**	**2.830**	**24.397**	**10,1**
Total Geral em 31/12/2021	**4.906**	**30.727**	**35.633**	**203.433**	**239.066**	**100,0**
%	2,1	12,9	14,9	85,1	100,0	
Total Geral em 31/12/2020	**4.361**	**23.966**	**28.327**	**155.025**	**183.352**	**100,0**
%	2,4	13,1	15,4	84,6	100,0	

		Provisão								
					Mínima requerida					
	% Mínimo de			Específica			Total		Total	
Nível de Risco	**Provisionamento requerido**	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total específica**	**Genérica**	**Total**	**em 2021**	**%**	**em 2020**	**%**
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	697	697	697	6,7	459	3,9
B	1,0	3	33	36	410	446	446	4,3	306	2,6
C	3,0	32	282	314	608	922	922	8,8	1.100	9,4
Subtotal		**35**	**315**	**350**	**1.715**	**2.065**	**2.065**	**19,8**	**1.865**	**15,9**
D	10,0	117	1.067	1.184	174	1.358	1.358	13,0	1.157	9,9
E	30,0	101	589	690	187	877	877	8,4	1.087	9,3
F	50,0	214	1.004	1.218	165	1.383	1.383	13,2	1.104	9,4
G	70,0	170	571	741	57	798	798	7,6	889	7,6
H	100,0	1.321	2.613	3.934	54	3.988	3.988	38,0	5.639	47,9
Subtotal		**1.923**	**5.844**	**7.767**	**637**	**8.404**	**8.404**	**80,2**	**9.876**	**84,1**
Total Geral em 31/12/2021		**1.958**	**6.159**	**8.117**	**2.352**	**10.469**	**10.469**	**100,0**	**11.741**	**100,0**
%		18,7	58,8	77,5	22,5	100,0	100,0			
Total Geral em 31/12/2020		**1.995**	**6.426**	**8.421**	**3.320**	**11.741**	**11.741**	**100,0**		
%		17,0	54.7	71,7	28,3	100,0	100,0			

c) Composição da carteira de arrendamento por prazo

	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos a mais de14 dias	3.757	3.401
A vencer até 60 dias	26.697	20.678
A vencer de 61 a 90 dias	11.733	9.034
A vencer de 91 a 360 dias	86.496	65.675
A vencer acima de 360 dias	110.383	84.564
Total	**239.066**	**183.352**

d) Composição da carteira por setor econômico:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**
Setor privado	**239.066**	**100,0**	**183.352**	**100,0**
Serviços	**92.990**	**38,9**	**57.098**	**31,1**
Transportes terrestres	65.120	27,2	41.692	22,7
Aluguéis não imobiliários	3.353	1,4	3.395	1,9
Serviços da construção	11.931	5,0	4.769	2,6
Armazenamento e atividades auxiliares	7.079	3,0	4.778	2,6
Demais serviços	5.507	2,3	2.464	1,3
Indústria	**11.719**	**4,9**	**6.706**	**3,7**
Fabricação de produtos alimentícios	2.688	1,1	757	0,4
Fabricação de produtos de metal	1.347	0,6	936	0,5
Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1.114	0,5	2.075	1,1
Fabricação de produtos de borrachas e de materiais plásticos	1.544	0,6	575	0,3
Fabricação de móveis	681	0,3	475	0,3
Extração de minerais não-metálicos	482	0,2	553	0,3
Demais Indústria	3.863	1,6	1.335	0,8
Comércio	**23.756**	**9,9**	**14.487**	**7,9**
Comércio atacadista	13.028	5,4	8.550	4,7
Comércio varejista	7.415	3,1	4.585	2,5
Comércio de veículos	3.313	1,4	1.352	0,7
Outros	**932**	**0,4**	**1.654**	**0,9**
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	932	0,4	1.654	0,9
Pessoa física	**109.669**	**45,9**	**103.407**	**56,4**
Total	**239.066**	**100,0**	**183.352**	**100,0**

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	**11.741**	**5.595**
Constituição da provisão	6.663	8.994
Baixa para prejuízo	(7.935)	(2.848)
Saldo no final do período	**10.469**	**11.741**

f) Recuperação e renegociação de créditos - No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve recuperação de crédito no montante de R$ 1.398 (31 de dezembro de 2020 - R$ 372). **g) Imobilizado de Arrendamento**

	31/12/2021	31/12/2020
Veículos e Afins	507.824	390.673
Máquinas e Equipamentos	8.512	16.810
Depreciação Acumulada	(248.140)	(197.561)
Superveniência de Depreciação	150.712	119.438
Perdas em Arrendamento	1.274	302
Total do imobilizado de arrendamento	**420.182**	**329.662**

h) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas			
Rendas de arrendamento mercantil	77.527	144.357	110.696
Rendas de arrendamento operacional	-	-	437
Superveniência de depreciação	32.777	58.621	47.189
Total da receita	**110.304**	**202.978**	**158.322**
Despesas			
Depreciação de bens arrendados	(85.179)	(156.940)	(119.214)
Depreciação de bens arrendados operacional	-	-	(317)
Total da despesa	**(85.179)**	**(156.940)**	**(119.531)**
Total	**25.125**	**46.038**	**38.791**

i) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	**329.662**	**267.976**
Entradas	258.452	170.790
Baixas	(69.614)	(36.762)
Depreciação no exercício (nota 6h)	(156.940)	(119.531)
Superveniência de Depreciação no exercício (nota 6h)	58.621	47.189
Saldo no final do período	**420.181**	**329.662**

7. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	65	26	39
Equipamentos de processamento de dados	20%	86	83	3
Total em 31/12/2021		**151**	**109**	**42**
Total em 31/12/2020		**151**	**101**	**50**

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	956	299	657
Total em 31/12/2021		**956**	**299**	**657**
Total em 31/12/2020		**399**	**242**	**157**

9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	2.301	2.229
Devedores diversos	3.297	4.798
Outros valores e bens	907	341
Outros	211	78
Total	**6.716**	**7.446**

10. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) OUTROS DEPÓSITOS - Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	31/12/2021	31/12/2020
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.604	14.781
Total	**6.604**	**14.781**

b) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	Remuneração ao ano	31/12/2021	31/12/2020
01 a 30 dias	5,55% a 11,87%	18.612	13.399
31 a 180 dias	4,10% a 12,99%	42.273	27.746
181 a 360 dias	3,84% a 14,51%	31.147	28.930
Acima de 360 dias	3,84% a 12,27%	81.683	70.215
Subtotal		**173.715**	**140.290**

c) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Resolução BACEN 2921/2002)

Vencimento	Remuneração ao ano	31/12/2021	31/12/2020
31 a 180 dias	8,64% a 10,58%	384	1.636
181 a 360 dias	8,93% a 10,85%	350	469
Acima de 360 dias	9,22% a 10,18%	769	1.372
Subtotal		**1.503**	**3.477**
Total		**175.218**	**143.767**

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 montou a R$ 10.625 (31 de dezembro de 2020 – R$ 10.884). As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

continua

	Em 31 de dezembro			
Operações ativas vinculadas	**2021 Ativo (passivo)**	**2020 Ativo (passivo)**	**2021 Receitas (despesas)**	**2020 Receitas (despesas)**
Operações de arrendamento mercantil	2.133	3.746	1.405	4.900
Obrigações por conta das operações ativas				
Letras de arrendamento mercantil	(1.503)	(3.477)	(201)	(2.443)
Resultado Líquido das operações Vinculadas	630	269	1.204	2.457

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

• Ativos contingentes – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. **• Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável. **• Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como "ré". As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam em 31 de dezembro de 2021 (R$ 120), em 31 de dezembro de 2020 no montante total de R$ (104).

12. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais e previdenciárias	4.007	3.185
Provisão para pagamento a efetuar	1.429	9.069
Credores diversos	7.485	18.651
Outros	536	395
Total	**13.457**	**31.300**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 R$ 50.000 e de 31 de dezembro de 2020 é de R$ 30.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reservas de Lucros**

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Legal (1)	762	538
Reservas estatutárias (2)	14.328	10.104
Reservas de lucros	**15.090**	**10.642**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado. Estão assegurados e foi distribuído um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado.

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas com cartões pré-pagos (1)	74	1.639	9.989
Operações de arrendamento mercantil	186	429	361
Total	**260**	**2.068**	**10.350**

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	1.430	2.503	2.273
Encargos sociais	668	1.154	1.206
Benefícios	347	601	434
Participação no lucro	119	555	207
Total	**2.564**	**4.813**	**4.120**

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços do sistema financeiro	212	1.481	5.266
Serviços de terceiros	3.146	6.546	5.194
Honorários da diretoria (21b)	1.639	2.304	2.554
Serviços técnicos especializados	679	1.180	534
Processamento de dados	808	1.591	1.434
Despesas com cobrança contratos	377	460	298
Despesas com reembolso partes relacionadas	330	642	253
Comunicações	65	164	224
Aluguéis	144	176	425
Publicações	39	93	61
Outras	257	514	491
Total	**7.696**	**15.151**	**16.734**

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	853	1.612	1.673
PIS	139	262	272
ISS	1.341	2.532	2.134
Total	**2.333**	**4.406**	**4.079**

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas financeiras	1.069	1.488	805
Total	**1.069**	**1.488**	**805**

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Associação de Classe	39	77	65
Desconto concedido	411	708	564
Despesas com Bens recuperados	66	125	142
Despesas com provisão trabalhistas	134	134	-
Depreciação e amortização (1)	27	65	77
Perdas com emissão de moeda eletrônica	-	-	79
Outras	15	15	124
Total	**692**	**1.124**	**1.051**

(1) Bens Intangíveis

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**8.590**	**7.213**
Alíquota vigente (nota 3i)	45%	40%
Imposto de renda e Contribuição apurada / Expectativa de crédito	(3.866)	(2.885)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias nos períodos	322	60
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	**(3.544)**	**(2.825)**

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2020	Constituição	Realização/ Baixa	31/12/2021
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**6.329**	2.796	(535)	**8.590**
Provisão Processos Trabalhistas	**-**	60	-	**60**
Provisão para publicação	**26**	32	(24)	**34**
Ajuste de Marcação a Mercado	**9**	2	(11)	**-**
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	**6.364**	**2.890**	**(570)**	**8.684**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (2)	**21.680**	**4.294**	**-**	**25.974**
Total Crédito tributário	**28.044**	**7.184**	**(570)**	**34.658**
Obrigações fiscais diferidas (1)	**(29.859)**	**(7.819)**	**-**	**(37.678)**
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	**(1.815)**	**(635)**	**(570)**	**(3.020)**

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.
c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Diferenças temporárias		
	Imposto de Renda	**Contribuição social**	**Total 31/12/2021**
2022	550	436	986
2023	1.850	1.480	3.330
2024	2.393	1.915	4.308
2025	-	-	-
2026	33	27	60
Total dos créditos tributários (2)	**4.826**	**3.858**	**8.684**

(2) Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R$ 25.974 (31 de dezembro de 2020 – R$ 21.680), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R$ 6.814 (31 de dezembro de 2020 – R$ 5.471).

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
Operações ativas vinculadas	**2021 Ativo (passivo)**	**2020 Ativo (passivo)**	**2021 Receitas (despesas)**	**2020 Receitas (despesas)**
Comissões a Pagar				
JSL S/A.	-	-	-	(159)
Movida Locação de Veículos S.A.	(123)	(99)	(1.640)	(1.522)
Ponto Veículos Ltda.	(6)	(9)	(46)	(27)
Original Veículos Ltda.	(22)	(10)	(161)	(81)
Transrio Caminhões Ônibus Ltda.	(135)	(203)	(2.529)	(893)
Avante Veículos Ltda.	-	-	-	(10)
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais	(1)	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões Máquinas	(29)	(34)	(362)	(143)
Antecipações para Reembolso de Crédito				
• JSL S/A. e Controladas	(48)	(7.856)	-	-
Valores a Pagar				
• JSL S/A. e Controladas	(4)	-	(4)	-
Receita de Prestação de Serviços				
• JSL S/A. e Controladas	-	-	838	5.646
Outras Despesas Administrativas				
• SIMPAR S/A. e Controladas	(52)	-	(415)	(446)
Outras Receitas				
• Controladas	-	-	23	306
Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil				
• BBC Holding Financeira Ltda.	(23.689)	(55.245)	-	(7.729)
• SIMPAR S.A.	(143.600)	(76.047)	-	(5.125)
• Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos	(7.112)	(6.206)	-	(246)
• SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução BACEN nº 2921/2002).	-	(3.477)	-	(2.443)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R$ 2.304 (31 de dezembro de 2020 – R$ 2.554).
c) Benefícios Pós Emprego - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos - O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia. A Resolução Bacen nº 4.557/17, dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos e a estrutura de Gerenciamento de Capital, que devem adotar as instituições de forma contínua e de acordo com a compatibilidade do modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos desenvolvidos. O gerenciamento de riscos é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gerenciamentos e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e • A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento e busca das melhores práticas. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos. Os processos de gerenciamento de riscos permeiam toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a Administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis pela autoridade monetária no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos, que estão também associados à Gestão e Continuidade dos negócios da Companhia. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. Em relação ao Gerenciamento de Capital, destacamos que o Índice de Basileia faz parte dos indicadores que são avaliados nesse processo de Gerenciamento, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular CMN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site **http://www.bbcleasing.com.br** Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **b) Gerenciamento de Risco de Crédito -** Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência, além da avaliação do Risco Socioambiental nos termos da Resolução Bacen nº 4.327/14, relacionada às operações analisadas na Companhia. **c) Gerenciamento de Risco de Mercado e do IRRBB -** Define-se como Risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O gerenciamento do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. A Companhia adota e monitora a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações. A Análise de Sensibilidade efetuada pela Companhia, é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado da Companhia diante de eventuais cenários. Abaixo, demonstramos o impacto nas posições da Companhia para 31/12/2021 e 31/12/2020, sendo aplicado 3 cenários com a alta da taxa de juros.

Análise de sensibilidade

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Cenário 1	**Cenário 2**	**Cenário 3**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	**0,25%**	**0,50%**	**1,00%**	**0,25%**	**0,50%**	**1,00%**
Leasing Financeiro	(762)	(1.518)	(3.016)	(651)	(1.297)	(2.577)
Letra de Arrendamento Mercatil	432	860	1.709	432	862	1.712

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para os respectivos períodos, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas. **d) Gerenciamento do Risco Operacional -** Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. As perdas operacionais devem ter seus valores identificáveis associados aos eventos de cada risco operacional. A estrutura estabelecida para o Gerenciamento de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas. **e) Gerenciamento do Risco de Liquidez -** Define-se o Risco de Liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gerenciamento de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos. **f) Gerenciamento de Capital -** Define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital da Companhia, para adequar ao volume das operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita. A estrutura de Gerenciamento de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; • Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos; e • O Índice de Basileia apurado em dezembro de 2021 foi de 21,3% (31 de dezembro de 2020 – 17,0%), demonstrando a suficiência de capital da Companhia, que visa suportar o incremento na realização de novas operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Operacional, bem como, na emissão de moeda eletrônica de pagamento na modalidade pré-pago.

g) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeter-minado	Total
Ativo						
Caixa e Equivalente de Caixa	**4.521**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.521**
Instrumentos Financeiros	**22.856**	**-**	**-**	**-**	**-**	**22.856**
Títulos e Valores Mobiliários	22.856	-	-	-	-	22.856
Operações de Arrendamento Mercantil	**17.356**	**56.171**	**55.156**	**110.383**	**-**	**239.066**
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(760)**	**(2.460)**	**(2.415)**	**(4.834)**	**-**	**(10.469)**
- Operações de Arrendamento Mercantil	(760)	(2.460)	(2.415)	(4.834)	-	(10.469)
Crédito Tributários	**30**	**138**	**864**	**33.626**	**-**	**34.658**
Imobilizado de uso	**-**	**-**	**-**	**-**	**42**	**42**
Intangível	**-**	**-**	**-**	**-**	**657**	**657**
Outros Ativos	**5.492**	**907**	**317**	**-**	**-**	**6.716**
Total em 31 de dezembro de 2021	**49.495**	**54.756**	**53.922**	**139.175**	**699**	**298.047**
Total em 31 de dezembro de 2020	**72.419**	**41.962**	**38.953**	**106.788**	**207**	**260.349**

continua

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeter-minado	Total
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	25.216	42.657	31.497	82.452	-	181.822
- Outros Depósitos	6.604	-	-	-	-	6.604
- Letras de Arrendamento Mercantil	18.612	42.657	31.497	82.452	-	172.218
Obrigações Fiscais Diferidas	**-**	**-**	**-**	**37.678**	**-**	**37.678**
Outros Passivos	**10.539**	**2.918**	**-**	**-**	**-**	**13.457**
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	**65.090**	**65.090**
Capital Social	-	-	-	-	50.000	50.000
Reservas de Lucros	-	-	-	-	15.090	15.090
Total em 31 de dezembro de 2021	**35.755**	**45.575**	**31.497**	**120.130**	**65.090**	**298.047**
Total em 31 de dezembro de 2020	**59.103**	**29.759**	**29.400**	**101.445**	**40.642**	**260.349**

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultado recorrentes e não recorrentes - De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2021 foi de R$ 4.491 e de 2020 no montante de R$ 4.181 ambos sendo resultados recorrentes. Nos exercícios não ocorreram resultados não recorrentes. **b)** Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*. **c)** No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 30 de junho de 2021, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram: • Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); • Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); • Resolução nº 3.973/11 – Eventos Subsequente (CPC 24); • Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1); • Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) • Resolução nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual Básica (R1); • Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1). • Resolução nº 4.636/18 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1); • Resolução nº 4.720/19 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e • Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46). **d)** Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

DIRETORIA

Paulo Rogerio Caffarelli
Diretor Presidente
(aprovado pelo Banco Central em 14/01/2022)

Paulo Francisco Pinho
Diretor

Alexandre Punko
Diretor

Heubner Lopes Bustamante
Diretor

CONTADOR

Carlos Roberto da Conceição - Contador - CRC 1SP 307638/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores
Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil)

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Brasileiro de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria com data de 30 de março de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0